

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO


A T A Nº 08/90

001 Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e
002 noventa, com início às oito horas e quarenta e cinco minutos,
003 no Salão Nobre da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, reali-
004 zou-se uma sessão ordinária do Conselho Universitário da Uni-
005 versidade Federal de Pelotas, convocada e presidida por seu
006 Presidente, Professor Amilcar G. Gigante, Magnífico Reitor, a
007 qual contou com a presença dos seguintes conselheiros: Profes-
008 sores Luiz Henrique Schuch, Vice-Reitor; Sérgio Roberto Mar-
009 tins, Maria Isabel da Cunha e Aldyr Garcia Schlee, respectiva-
010 mente, Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, de Graduação
011 e Assistência, e de Extensão; João Carlos Maier, Vice-Diretor
012 da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel; Adair Stefanello Bu-
013 sato, Diretor da Faculdade de Odontologia; José Gilberto da
014 Cunha Gastal, Diretor da Faculdade de Direito; Maria Eliza-
015 beth Maurer de Salles, Diretora do Conservatório de Música;
016 Zilma da Costa Tambara, Diretora da Faculdade de Ciências Do-
017 mésticas; Wanderlei Rospide Motta, Diretor da Faculdade de Me-
018 dicina; Enio Araújo Pereira, Vice-Diretor da Escola Superior
019 de Educação Física; Egon Afonso Michels, Vice-Diretor da Fa-
020 culdade de Educação; Ângela Maria Sinott Rocha Gonzales, Dire-
021 tora do Instituto de Letras e Artes; João Nelci Brandalise, Di-
022 retor do Instituto de Biologia; José Rubens Silveira Acevedo,
023 Diretor do Instituto de Ciências Humanas; Cleusa Iara Alber -
024 naz Morga, Diretora do Instituto de Física e Matemática; Jor-
025 ge Luiz Martins, Diretor do Instituto de Química e Geociên-
026 cias; Maria Amélia Soares Dias da Costa, Diretora do Institu-
027 to de Sociologia e Política; Claudio Mairan Brazil, Diretor
028 da Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia; Paulo Afonso Rhein

140 gantz, Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; Marli
 141 Costa dos Santos, Diretora da Faculdade de Nutrição; José Leo
 142 nel da Luz Antunes, Diretor do Conjunto Agrotécnico Visconde
 143 da Graça; Paulo Silveira Junior, Representante dos Professo-
 144 res Titulares; Morena Pinto Peters, Representante dos Profes-
 145 sores Adjuntos; Luiz Fernando Camargo Veronez, Representante
 146 dos Professores Auxiliares; Hilda Costa Acevedo, Representan-
 147 te do COCEPE; o Bel. Luiz Osório Rocha dos Santos, Pró-Reitor
 148 Administrativo, e os acadêmicos Diogo Joel Demarco, Alis Jein
 149 Josefides Scacino, Daniel Paulo Fontana e Paulo Daniel Araujo
 150 Benito, Representantes discentes. Havendo número legal de con-
 151 selheiros presentes o Sr. Presidente deu por abertos os traba-
 152 lhos, adentrando na pauta. ITEM 1 - ATA Nº 04/90. Foi coloca-
 153 da em discussão o documento em tela que, não tendo merecido
 154 nenhum reparo de parte do plenário foi imediatamente votado,
 155 ocorrendo a sua aprovação por unanimidade. ITEM 2 - INFORMES
 156 DO REITOR. Disse o Professor Amilcar Gigante que faria uma rá-
 157 pida comunicação neste momento e após passaria a palavra ao
 158 Professor Vice-Reitor para relato de sua participação na últi-
 159 ma reunião do CRUB. Transmitiu o Sr. Reitor aos membros deste
 160 Órgão que estava sendo baixada portaria instituindo o chamado
 161 horário de verão, cujo início foi fixado para quatorze de ja-
 162 neiro e término no dia vinte e dois de fevereiro. Argumentou
 163 S. Magnificência que o estabelecimento daquela data para iní-
 164 cio do novo expediente deveu-se à necessidade de serem toma-
 165 das uma série de providências administrativas que requerem a-
 166 plicado trabalho. Recomendou o Sr. Reitor aos srs. diretores
 167 de unidades a sua atenção para os termos da aludida portaria,
 168 solicitando-lhes, ainda, que façam anexar em lugar próprio de
 169 suas respectivas unidades as escalas de férias, a fim de que
 170 não sejam criados problemas quando da necessidade de eventu-
 171 ais contatos com professores ou funcionários em seus locais
 172 de trabalho, como já ocorreu em anos anteriores. Logo após
 173 passou o Sr. Reitor a palavra ao Professor Luiz Henrique -
 174 Schuch para a sua exposição. Iniciando sua exposição relatou
 175 este professor a sua participação, em Cuiabá, da 51ª Reunião
 176 Plenária do Conselho de Reitores das Universidades Brasilei-
 177 ras - CRUB. O evento, que teve como tema central a Universida-
 178 de e o Meio Ambiente proporcionou, paralelamente, uma série
 179 de reuniões dos Reitores federais, que procuraram acompanhar

069 movimentações importantes que estavam ocorrendo no Congresso
070 Nacional. Esclareceu o Sr. Vice-Reitor que procuraria pontuar
071 alguns elementos que pudessem contribuir para a avaliação de
072 alguns diretores de unidades, havendo, para cada um desses pon-
073 tos, material disponível para consultas. Contudo, adiantou, i-
074 ria pontuar um conjunto de cinco ou seis itens mais importan-
075 tes, a começar pelo tema central do encontro: A Universidade e
076 o Meio Ambiente. Para resumir, poderia afirmar que afora a ri-
077 queza e amplitude das palestras e dos debates travados, que con-
078 taram com a participação de representantes de governos da comu-
079 nidade econômica européia, do Canadá, Estados Unidos e outros
080 países, ficaram evidentes, desde logo, os espaços de financia-
081 mento para investidas nessa área, sobretudo pelas universida-
082 des. O próprio Plano Nacional de Desenvolvimento Científico e
083 Tecnológico, o governo do Canadá, agências da comunidade econô-
084 mica européia, a FAO, enfim, têm espaços muito grandes de fi-
085 nanciamentos para projetos de impacto no ambiente; a preserva-
086 ção deste, o desenvolvimento de tecnologias compatíveis com es-
087 te desiderato: rios, bacias hidrográficas. É quase interminá-
088 vel tal espaço. Nessa área, ainda, foram destacados três pon-
089 tos inerentes à função específica da Universidade. O primeiro
090 deles volta-se para a atuação da mesma nesse momento em que se
091 está regulamentando o que está inserido na Constituição e todo
092 o conjunto de tarefas repassado ao Ministério Público no que
093 concerne, dentre outras coisas, à proteção ao consumidor e à
094 preservação do meio ambiente. Dentro desse quadro o Ministério
095 Público, com o seu pessoal especializado da área jurídica, com
096 essa nova responsabilidade tem acionado as universidades visan-
097 do cooptá-las no propósito de que permaneçam à sua retaguarda
098 nos embates nesse campo. Nós mesmos, em nossa Universidade, ti-
099 vemos um seminário realizado no Instituto de Sociologia e Polí-
100 tica, pelo qual os Promotores Públicos da região chegaram até
101 nós solicitando uma explanação genérica inicial sobre impactos
102 no meio ambiente na região e, a partir daí mesmo, foi celebra-
103 do um convênio para que a UFPel os auxilie tecnicamente em re-
104 lação aos problemas detectados. Foi evidenciado, na reunião do
105 CRUB, ser fundamental que a universidade, como um todo, busque
106 essa integração, saindo do lírico, do fantasioso, e oferecendo
107 instrumentos poderosos tanto no plano administrativo como no
108 jurídico, a fim de que as coisas caminhem, evoluam satisfato -

109 riamente. O segundo ponto diz respeito a necessidade da uni-
110 versidade ter experiências internas que sejam motivadoras e
111 coerentes com o discurso de proteção do meio ambiente, razão
112 pela qual se deu muita ênfase quando daquele encontro em rela-
113 ção a que as universidades tratem de pensar o que vêm fazendo
114 com o seu lixo; com o papel que não mais necessitam; com de-
115 terminados poluentes que possam existir em seus recintos; com
116 o solo em derredor; a compostagem. Para tanto deverá a univer-
117 sidade formar comissões para estudar experiências internas e
118 vivenciar situações concretas. Como último ponto tem-se que a
119 estrutura fragmentada da universidade, com disciplinas, teo-
120 rias, práticas, profissões, não é capaz de uma articulação, u-
121 ma montagem institucional para responder aos problemas comple-
122 xos que envolvem a questão do meio ambiente, que não é especí-
123 fica de uma profissão, de uma disciplina, não é de um gosto,
124 de uma especialidade, antes, um problema absolutamente multi-
125 disciplinar e como tal deve vir a ser encarado. Assim, as uni-
126 versidades devem pensar sobre formulações, estruturas inter-
127 nas, capazes de coordenar ações multidisciplinares de respos-
128 tas concretas às necessidades do meio ambiente e também de ou-
129 tras questões de interesse da sociedade. Outros tópicos discu-
130 tidos no citado encontro foram as suplementações orçamentá-
131 rias; autonomia universitária; Regime Jurídico Único; Medida
132 Provisória que trata da estrutura das universidades, aí con-
133 templado o aspecto das férias de 45 dias dos docentes e, ain-
134 da, as demandas judiciais. Sobre as suplementações foram fei-
135 tos alguns comentários de ordem técnica, que dão conta das
136 dificuldades enfrentadas pelas instituições até o momento da
137 efetiva liberação dos recursos, num procedimento que tolhe so-
138 bremaneira as ações administrativas das mesmas. No tocante a
139 autonomia universitária foi referido que muito se tem dito so-
140 bre isso, porém, na prática, todos os dias, estão surgindo no-
141 vas medidas, novos decretos, nova legislação, novas posições
142 do governo que vêm cercear a sua natural desenvoltura e emba-
143 raçar a sua autonomia. Como exemplo de tal afirmativa pode
144 ser citada a implantação pelo governo do Sistema Centralizado
145 de Pessoal, numa medida em nada compatível com os aflitivos
146 problemas que vêm surgindo nas universidades. Quanto ao Regi-
147 me Jurídico Único sabe-se que a correspondente lei foi sancio-
148 nada pelo Sr. Presidente da República que, entretanto, inter-




149 pôs doze vetos, a grande maioria respeitantes a pontos que pe
150 cuniariamente prejudicam o servidor público. A estrutura uni-
151 versitária foi objeto da atenção do governo que, em Medida
152 provisória específica, fixa providências visando o seu funcio
153 namento. Sabe-se que esse projeto, em tramitação no Congresso
154 Nacional sofreu já alterações em sua redação original, dentre
155 as quais uma, que prevê o retorno de 45 dias de férias para o
156 magistério. Por último, as sentenças prolatadas pelos tribu-
157 nais em demandas judiciais, são fonte de preocupação a nível
158 nacional. Em relação a UFPel, na última suplementação recebeu
159 ela o montante de Cr\$ 630.000.000,00 (seiscentos e trinta mi-
160 lhões de cruzeiros) para a liquidação de sentenças, estando a
161 Universidade, contudo, lutando para efetivamente receber aque
162 le numerário. Esse, pois, em síntese, o relato que se impunha
163 fazer, concluiu o Sr. Professor Vice-Reitor. Antes de passar
164 ao tema seguinte da sessão, a Presidência consultou ao plená-
165 rio sobre a aquiescência para incluir no último item da pauta
166 uma proposta de autoria do Professor José Gilberto Gastal, tam
167 bém subscrita pela Professora Maria Amélia S. Dias da Costa,
168 objetivando introduzir alteração no Regimento Geral da Univer
169 sidade (Artº 124 - § 2º e 3º). Manifestando-se os srs. conse-
170 lheiros concordes, foi o tema inserido na ordem do dia. ITEM
171 3 - PROCESSOS RELATADOS PELA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS.
172 3.1 Processos nºs 23110.001129/89-71 e 23110.003555/87-79 da
173 Comissão Permanente de Pessoal Docente, encaminhando o Regi -
174 mento Interno da CPPD. O Sr. Presidente solicitou ao Profes-
175 sor José Gilberto Gastal que procedesse, na qualidade de Pre-
176 sidente da Comissão de Legislação e Normas, a leitura do cor-
177 respondente parecer. Com a palavra, este conselheiro passou a
178 fazer o seu relato, assim consubstanciado: "PARECER. O pare-
179 cer é no sentido de aprovar o requerimento proposto, de fls. 2
180 a 12, com as seguintes alterações: 1. Art.1 - A Comissão Per-
181 manente de Pessoal Docente (CPPD), prevista no Plano Único de
182 Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRE), é
183 órgão vinculado ao COCEPE, encarregado da formulação, acompa-
184 nhamento e execução da política de pessoal docente, em carã-
185 ter de assessoramento àquele e demais conselhos superiores. 2.
186 Ao inciso II do parag. 2 do art.3, acrescer: "Faculdade de Me
187 teorologia". 3. Alterar o prazo de mandato previsto no art. 4
188 para dois (2) anos. 4. Alterar o inc.IV do art. 5, assim: "IV-

189 Dar ciência, mediante solicitação do interessado, de parece-
190 res finais da CPPD." 5. Substituir, no inc. I do art. 8, a ex-
191 pressão "ata apropriada" por "ata circunstanciada e por ele
192 rubricada". 6. No inc. VI do art. 8 substituir a expressão "di-
193 vulgação" por "encaminhamento". 7. Suprimir o inc. VII do
194 art. 8. No inc. III do art. 9, suprimir a alínea "c" e alte-
195 rar a indicação das alíneas subsequentes. 9. Substituir a re-
196 dação do inc. II do art. 19, pelo seguinte: "II - a configura-
197 ção de situação de inelegibilidade". 10. Substituir no art. 29
198 a redação pela seguinte: "art. 29 - A ata de cada reunião, a-
199 pós aprovada, ficará a disposição de qualquer órgão adminis-
200 trativo". 11. Eliminar o pará. 2 do art. 30. 12. Suprimir o
201 pará. 2 do art. 33. 13. No art. 39, substituir a expressão
202 "Trinomial" por "uninomial". 14. No art. 40, suprimir a ex-
203 pressão "aqueles que estejam investidos em Funções Comissiona-
204 das". 15. Substituir a redação do art. 51, pelo seguinte: "art.
205 51 - Sem prejuízo da competência originária do Conselho Uni-
206 versitário, a CPPD, por voto de 2/3 de seus integrantes, pode
207 rã propor alterações deste regimento". Pelotas, 25/10/90. Jo-
208 sê Gilberto da Cunha Gastal. Fernando João Neto de Faria." -
209 Finda a leitura a Presidência colocou em discussão o tema,
210 quando diversos conselheiros se fizeram ouvir na abordagem de
211 diferentes pontos da proposta inicial do Regimento. Concluí-
212 das as intervenções, a Mesa propôs o seguinte encaminhamento
213 do processo: submeter o texto, como um todo, a votação, com
214 as alterações propostas no parecer da Comissão de Legislação
215 e Normas e, num segundo momento, votar-se os quatro destaques
216 resultantes dos debates em plenário, em número de quatro. Com
217 a concordância de todos assim procedeu-se, sendo posto em vo-
218 tação o texto contendo o regimento, o qual foi aprovado por u-
219 nanimidade. Logo depois foram votados os mencionados desta-
220 ques, como segue: 1º) Artº 3º, § 2º, Inciso II - Prevê a in-
221 clusão, na Área de Ciências Exatas e Tecnologia, da Faculdade
222 de Meteorologia. Aprovado. 2º) Art. 9º, Inciso II, letra g -
223 Como redação alternativa: verificar junto ao departamento o
224 cumprimento dos Planos de Trabalho. Como substitutivo, ainda,
225 a Professora Ângela Maria Sinott Rocha Gonzales apresentou a
226 seguinte proposta: Verificar junto aos departamentos os dados
227 fornecidos pelos Planos de Trabalhos. Chamado a votar, o ple-
228 nário pronunciou-se amplamente favorável à primeira alternati-

229 va, que veio a ser aprovada. 3º) Art. 40. Foi também aprova-
 230 da, após votação, a substituição da expressão "funções comis-
 231 sionadas" por cargos de confiança. Ainda, neste artigo, deli-
 232 berou o Conselho pela supressão, como inelegível, da figura
 233 do professor recontratado. 4º) Art. 42. Votou o plenário pela
 234 inserção, entre vírgulas, "no caso de empate, o que tiver mai-
 235 or tempo de permanência na classe", como segundo critério pa-
 236 ra desempate, ficando isso intercalado entre a antiguidade no
 237 magistério e a idade. Dessa forma, aprovou o Conselho Univer-
 238 sitário o Regimento Interno da Comissão Permanente de Pessoal
 239 Docente. ITEM 4 - II PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA UFPel - 1991/
 240 1993. O Sr. Presidente fez uma ligeira apresentação do docu-
 241 mento em tela afirmando, inicialmente, que os srs. conselhei-
 242 ros já se haviam inteirado do mesmo, eis que distribuído que
 243 fora junto com a convocação da presente sessão. Referiu, tam-
 244 bém, não ser novo, pois já se aprovou no Conselho Universitá-
 245 rio as diretrizes gerais para o Plano há vários meses, as
 246 quais se acham nele contidas, às fls. 45. Lembrou a Presidên-
 247 cia que quando isso ocorreu a metodologia proposta foi no sen-
 248 tido de que todas as unidades acadêmicas e administrativas vi-
 249 essem a apresentar, dentro de um prazo determinado, seus pro-
 250 jetos ou programas com vistas a inclusão no Plano, a ser tra-
 251 zido, então, a este Órgão. Na oportunidade somente três unida-
 252 des o fizeram, dentro do prazo estipulado, ampliando-se este
 253 número para o total de sete, mais tarde. Como a Universidade
 254 tem que iniciar o próximo ano já com algumas diretrizes defi-
 255 nidas, a Administração optou por condensar uma série de infor-
 256 mações, de dados, que estão colocados no documento, com as
 257 propostas das Pró-Reitorias, e o submeter ao Conselho com a
 258 ressalva de que o mesmo estaria aberto à incorporação de ou-
 259 tros projetos e programas das unidades que o desejassem. É
 260 dessa forma, pois, que o documento vem ao Conselho Universitá-
 261 rio: aberto ao oferecimento de idéias e outros elementos que
 262 venham a contribuir para o seu enriquecimento e assim venha a
 263 consolidar-se. Ele é composto de uma apresentação, um diagnós-
 264 tico que procura não ser exaustivo, mas, dar uma visão histó-
 265 rica retomando o I Plano de Desenvolvimento que foi o único
 266 que a UFPel teve até hoje, com alguns elementos muito resumi-
 267 dos de avaliação feita pela administração da época. Dados há,
 268 ainda, do distrito geoeducacional em que nos achamos inseri-

269 dos, e uma avaliação da UFPel de 1988, na forma de um pensa-
270 mento de alguns elementos de avaliação de grupos de trabalho
271 que se desempenharam na consolidação da proposta da atual ad-
272 ministração. Depois trás uma parte geral, denominada de Plano
273 e seus Desdobramentos, faz considerações sobre o Projeto Peda-
274 gógico, áreas de execução, questão da graduação - bibliotecas,
275 assistência -, pós-graduação e pesquisa, extensão e adminis-
276 tração. Nesse momento, passa para a questão objetiva, que é o
277 próprio elemento de execução do Plano de Desenvolvimento sen-
278 do que, neste item, abre espaço para serem agregados, dentro
279 de uma concepção aberta, as contribuições vindas das unida-
280 des. Consta, por outro lado, um sumário, com as diretrizes a-
281 provadas por este Conselho para o II Plano; uma série de da-
282 dos, quadros, gráficos, bem como um roteiro para propostas e
283 projetos. Com essas explicações a Mesa colocou em discussão a
284 matéria, quando pequenas alterações foram recomendadas por al-
285 guns conselheiros, objetivando corrigir algumas falhas. Tais
286 correções ficaram assim definidas: "À pág. 25: - ao lado de
287 Matemática Computacional (noturno) deve ser acrescido "e Cur-
288 so de Graduação em Informática". À mesma página, mais abaixo,
289 deve ser excluído "Arquitetura e Urbanismo (noturno) 30 va-
290 gas". À pág. 41: - no item 6.2, os valores apresentados devem
291 ser alterados para: Exercício de 1991: OC = 433.457 TOTAL= ..
292 709.829. À pág. 58: - no item 62 - Conservatório de Música -
293 deve ser feita a correção para prédio alugado e não próprio.
294 Às págs. 13, 31 e 46: foi recomendado seja dado maior ênfase
295 ao programa de capacitação da força de trabalho da Institui-
296 ção. a) À pág. 31: no Projeto V: e) expandir os programas de
297 pós-graduação, em todos os níveis; f) incrementar a capacita-
298 ção docente, especialmente através da formação a nível de Mes-
299 trado e Doutorado. No Projeto VI: a) consolidar o serviço de
300 cadastro de cursos, instituições de ensino e pesquisa nacio-
301 nais e internacionais, órgãos financeiros, formulários, convê-
302 nios, etc... b) À pág. 46: - Objetivos: - a ampliação dos pro-
303 gramas de pós-graduação em todos os níveis, dando ênfase ao
304 Mestrado e ao Doutorado. - o incremento à capacitação docen-
305 te. - Metodologia: - incrementar as articulações do Programa
306 de Capacitação Docente da UFPel com os organismos nacionais
307 responsáveis pela política de Pós-Graduação no País, especial-
308 mente CAPES e CNPq; - fomentar e apoiar em todos os seus as-

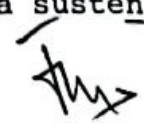


309 pectos, as iniciativas das Unidades quanto a implementação e/
310 ou expansão de seus programas de pós-graduação. À pág. 87: de
311 ve ser incluído o Curso de Filosofia, recentemente reconhecí-
312 do pelo Conselho Federal de Educação." Ao final, foi o docu-
313 mento, como um todo, posto em votação, ocorrendo, então, a
314 sua aprovação por unanimidade. ITEM 5 - PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA
315 PARA 1991. A Presidência informou aos srs. conselheiros que
316 tinham sido distribuídos a todos documentos pertinentes a es-
317 sa matéria. Agora, passaria a palavra ao Presidente da Comis-
318 são de Administração e Finanças, a fim de que procedesse o
319 correspondente relato. Antes, porém, solicitando a palavra, o
320 Professor Paulo Afonso Rheingantz declinou a sua insatisfação
321 pela forma como tem sido processado este tema, observando-se
322 que, por circunstâncias várias, quando a matéria chega ao Con-
323 selho já vem de maneira praticamente a não permitir uma pro-
324 posta mais em consonância com os interesses das diferentes u-
325 nidades. A par de tal observação, propôs que, para o próximo
326 ano, o assunto esteja mais favorável à participação direta
327 dos diversos organismos da Universidade, de modo a que possam
328 eles opinarem mais diretamente quando da feitura da proposta.
329 Também preconizou a necessidade de ser alterado o critério u-
330 tilizado para a distribuição das dotações, mudando-se a ma-
331 triz histórica e passando-se a trabalhar em cima de projetos,
332 numa situação mais realista. Com a palavra, a seguir, o Bel.
333 Luiz Osório R. dos Santos passou a ler o relatório da Comis-
334 são que preside, assim consubstanciado: "Processo nº
335 23110.003571/90-20 ASSUNTO: ORÇAMENTO DA UFPel PARA 1991. RE-
336 LATÓRIO. O Processo que chega para análise da Comissão de Ad-
337 ministração e Finanças traz informações sobre valores definidos
338 pela Administração como necessários para o desenvolvimento de
339 atividades em 1991 e aqueles definidos como teto pelo Ministê-
340 rio da Educação à conta do Tesouro Nacional. Os primeiros re-
341 tratam a proposta orçamentária e os segundos o orçamento que
342 a Universidade efetivamente contará para o próximo exercício.
343 Preliminarmente cabe esclarecer os seguintes aspectos relevan-
344 tes sobre o assunto: 1) até a data em que o relatório da Co-
345 missão foi elaborado, não havia confirmação se o Congresso Na-
346 cional havia procedido, ou não, alguma alteração dos valores
347 definidos como teto; 2) os valores constantes nos demonstrati-
348 vos, tanto de teto como extra-teto, são a preços de maio/90;

FM

349 3) estes valores serão corrigidos conforme prevê a Lei de Di-
350 retrizes Orçamentárias, em seu Art. 39, Parágrafo 2º. "Os va-
351 leres da receita e da despesa apresentados no projeto de lei
352 serão atualizados na lei orçamentária, no mínimo, para preços
353 de janeiro de 1991, pela variação prevista do Índice de Pre-
354 ços ao Consumidor - IPC, do Instituto Brasileiro de Geografia
355 e Estatística - IBGE, no período compreendido entre os meses
356 de maio e dezembro de 1990, incluídos os meses extremos do pe-
357 ríodo." Ainda sobre reajuste, o mesmo artigo (Parágrafo 3º,
358 inciso II) fixa ainda que ele poderá ocorrer "durante a execu-
359 ção, por critério que vier a ser estabelecido na lei orçamen-
360 tária"; 4) os valores que perfazem o extra-teto constam no do-
361 cumento como elementos para avaliação dos Srs. Conselheiros,
362 não sendo objeto de deliberação; 5) segundo informa a Assesso-
363 ria de Planejamento, os quadros de alocação de recursos para
364 investimentos nas Unidades deverão sofrer alterações, dado
365 que a distribuição definitiva será feita pela aplicação de ma-
366 triz. A análise da Comissão foi centrada nos recursos para Ou-
367 tros Custeios e Capital (OCC), recursos estes que dizem res-
368 peito a manutenção das atividades acadêmicas e administrati-
369 vas. O primeiro aspecto a ser salientado é o resultado da com-
370 paração entre os orçamentos iniciais de 1990 e 1991; em 1990
371 a relação OCC/Orçamento Global (OG) foi de 6,05% e em 1991 es-
372 ta relação sobe para 15,24%. Embora a solicitação de recursos
373 para 1991 tenha indicado uma relação OCC/OG superior a 25%, es-
374 tes números mostram que, desconsiderada a perda salarial do
375 período, a Universidade deverá iniciar 1991 com condições um
376 pouco melhores do que no ano anterior. O crescimento do cus-
377 teio foi 3,7 pontos percentuais (6,02% em 1990), enquanto o
378 do capital foi de 5,5 pontos percentuais (0,03% em 1990) na
379 participação no Orçamento Global. Os recursos para OCC estão
380 assim distribuídos: Atividades Acadêmicas (monitorias, resi-
381 dência médica, bolsas, radar, graduação, pós-graduação, recu-
382 peração de instrumental tecnológico, extensão e recuperação
383 das instalações físicas das unidades de ensino) 47,06%; Admi-
384 nistração 33,94%; Creche 0,57%; Processamento de Dados 4,05%;
385 Restaurante 5,88%; Qualificação profissional 0,26%; Vale
386 Transporte 0,10%; PASEP 5,42% e Urbanização e Infraestrutura
387 2,72%. A participação da atividade acadêmica no orçamento pro-
388 posto era de 55,90%. Estabelecido o teto, a distribuição por

389 projeto/atividade ficou alterada face a necessidade de aten-
390 der a despesas fixas que estão com cobertura prevista pela a-
391 tividade administrativa. Mesmo diante disto, a atividade aca-
392 dêmica cresceu na sua participação no orçamento de 1990 para
393 1991 em 5.1 pontos percentuais devido, principalmente, a re-
394 cursos de capital. Não consta no orçamento de 1991 recursos
395 para manutenção do Hospital-Escola, situação que se não corri-
396 gida poderá levar a UFPel a não cumprir as obrigações conveni-
397 adas com a Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. Mais uma
398 vez são ausentes do orçamento os recursos destinados a subven-
399 ção social, vedados pela LDO. Dada a inexorabilidade dos valo-
400 res fixados como teto, a Comissão entende que a distribuição
401 por projetos/atividades e elementos de despesas é coerente
402 com a estrutura de gastos da UFPel, (recomendando sua aprova-
403 ção). É o parecer. Adair Stefanello Busato. Ângela Maria Sinott
404 Rocha Gonzales. Luiz Osório Rocha dos Santos. Ao término da
405 leitura o Professor José Gilberto Gastal usou da palavra, ob-
406 servando que em realidade se deparava este órgão com um assun-
407 to que, na prática, não podia introduzir alterações, posto
408 que, a rigor, já tinha sido objeto de encaminhamento ao MEC,
409 com resultados já se refletindo no orçamento da União. Assim
410 entendendo, propôs que tendo em vista a inviabilidade prática
411 de qualquer alteração no documento; a ocorrência do seu envio
412 ao Ministério da Educação e, o seu reflexo, a esta altura, no
413 orçamento da União, homologue o Conselho Universitário a sua
414 aprovação "ad-referendum" pelo Reitor. O Professor Luiz Henri-
415 que Schuch sugeriu, então, que uma vez vindo a ser aprovada
416 esta proposição, se o faça após a votação do parecer da Comis-
417 são de Administração e Finanças, que teria subtraída, de
418 sua redação, a última expressão "é o parecer", inserindo-se, em
419 seu lugar, a proposta do Professor José Gilberto Gastal. As-
420 sim posta, a matéria foi submetida a votação e aprovada por
421 unanimidade. ITEM 6 - CRIAÇÃO DA BIBLIOTECA SETORIAL DA CIÊN-
422 CIA E TECNOLOGIA. A Mesa informou que o assunto, por pertinen-
423 te à área, seria apresentado pela Professora Maria Isabel Cu-
424 nha, que se encontrava, inclusive, de posse do correspondente
425 processo: solicitou, pois, à aludida conselheira, que expusesse a
426 matéria. Assim procedendo discorreu a Sra. Pró-Reitora de Gra-
427 duação e Assistência sobre os mais variados aspectos envolven-
428 do a questão das bibliotecas em nosso meio, bem como a susten-



429 tação contida no processo em tela objetivando criar a Biblio-
430 teca da Ciência e Tecnologia. A questão provocou aceso debate
431 de parte de um grande número de conselheiros acerca desse im-
432 portante setor da vida institucional da nossa Universidade,
433 surgindo nesse momento posições conflitantes sobre a conveniê-
434 cia ou não de criar-se mais esse órgão setorial o que, na opi-
435 nião de alguns conselheiros, deveria subordinar-se à fixação,
436 por nossa instituição, de uma política global para essa ques-
437 tão do mais alto valor. Diante das dificuldades para chegar -
438 se a uma posição conciliadora decidiu-se a Mesa pelo encami-
439 nhamento do assunto de sorte a decidir-se o Conselho pela cen-
440 tralização ou não das bibliotecas na presente sessão ou se de-
441 libera no sentido de dar mais espaço para aproximação das cor-
442 rentes antagônicas. Posta em votação assim a questão, incli-
443 nou-se o Conselho, pela maioria de seus membros, sete votos
444 contrários e uma abstenção, por que seja concedido mais tempo
445 para reexame do problema, a cargo do próprio Setor de Biblio-
446 tecas e da Pró-Reitoria de Graduação e Assistência. ITEM 7 -
447 OUTROS ASSUNTOS. Lembrou a Presidência que havia o plenário
448 concordado com a introdução, nesse item, da proposição de au-
449 toria do Prof. José Gilberto Gastal, de alteração dos parágra-
450 fos 2º e 3º do Art. 124 do Regimento Geral da UFPel, de forma
451 a terem a seguinte redação: "§ 2º - A área profissional será
452 representada por um docente de cada Departamento integrante".
453 "§ 3º - Se o curso for ministrado na área básica, o respectivo
454 Colegiado será composto por um docente de cada Departamento
455 que o ministre". JUSTIFICATIVA: A redação atual dos dois pará-
456 grafos restringe a representação dos Departamentos a chefe ou
457 sub-chefe de Departamento. O Estatuto, ao dispor sobre a matê-
458 ria, alude a representação departamental, mas sem aquela res-
459 trição. Na prática, pela multiplicidade de colegiados a que
460 certos Departamentos estão vinculados, têm sido inviável ou,
461 ao menos, prejudicial à administração departamental a estrita
462 observância da restrição regimental. Sob enfoque da prática
463 generalizada de eleição para coordenação de cursos, como in-
464 formativo ao ato oficial de designação de coordenador, a res-
465 trição atual inibe a amplitude da elegibilidade, o que desser-
466 ve o propósito inerente ao processo eleitoral. Em, 20.12.90."
467 O Sr. Presidente concedeu a palavra ao proponente, Professor
468 José Gilberto Gastal que sustentou as razões que o levaram a

CONSELHO UNIVERSITÁRIO. ATA Nº 08/90, Fls. 13

400 essa posição. Não havendo manifestações contrárias, foi subme
 401 tida a voto a proposta, sendo aprovada por unanimidade. Conce
 402 dida a palavra ao Professor Sérgio Martins, para um rápido in
 403 forme sobre a avaliação da pesquisa na UFPel, neste ponto es-
 404 ~~perante~~ a sessão, tendo a Mesa agradecido a presença de todos,
 405 ~~depois~~ por encerrada a sessão, da qual, para constar, eu
 406 *Mendonça* Francisco Luiz Allgayer Mendonça, Se-
 407 cretário "ad-hoc" dos Conselhos Superiores da Universidade Fe
 408 deral de Pelotas lavrei a presente ata que, uma vez aprovada,
 será também assinada pelo Sr. Presidente.

